

— 22 cadeiras): com 89 cadeiras, o Partido Católico do Centro ficava em segundo lugar; surgiram três novos partidos de centro e de direita (Partido Democrático — 74 cadeiras, Partido do Povo Alemão/DVP — 22 cadeiras e Partido Nacional do Povo Alemão/DNVP — 42 cadeiras). Configurou-se, assim, uma Assembléia substancialmente ancorada nas forças conservadoras apesar de, sob o ponto de vista estritamente numérico, ser a direita fraca e a esquerda forte. Inviabilizada a coligação entre o USDP e o MSDP, este formou a "Coalização de Weimar" com os partidos Democrático e do Centro. A nova Constituição foi concluída em agosto de 1919.

A Constituição de Weimar, fundamentalmente republicana, federativa e parlamentar, é composta de duas partes (Livros I e II). O Livro I trata da "Estrutura e Fins da República", subdividido em sete capítulos: A República e os estados, O Parlamento, O Presidente da República e o Governo Federal, O Conselho da República, A Legislação da República, A Administração da República, A Administração da Justiça. Com cinco capítulos, o Livro II refere-se aos "Direitos e Deveres Fundamentais do Cidadão Alemão": A Pessoa individual, A vida social, Religião e agrupamentos religiosos, Educação e Escola, A vida econômica.

A organização política do Estado, segundo a Constituição, contempla alguns avanços como, por exemplo, o "sufrágio universal, igual, direto e secreto de todos os homens e mulheres alemães da República, de acordo com os princípios da representação proporcional" (Art. 17). O Parlamento é formado pelos Deputados, identificados como representantes de todo o povo, com mandato de quatro anos. Se dissolvido pelo Presidente da República (só uma vez pelo mesmo motivo), o novo deverá ser eleito em sessenta dias (Art. 25). O legislativo tem, ainda, o direito de criar comissões de investigação quando julgar oportuno (Art. 34). É garantida a inviolabilidade do mandato e a liberdade de expressão, voto e atuações parlamentares.

No que diz respeito ao Executivo, a Constituição estabelece ser elegível qualquer alemão maior de trinta e cinco anos e que o mandato é de sete anos, permitida a reeleição. O Presidente pode ser destituído por plebiscito, proposto pelo Parlamento (Artigos 41 e 43).

Um aspecto altamente esclarecedor acerca dos interesses sacramentados pela Carta de Weimar refere-se à prerrogativa do Presidente de poder lançar mão de determinados instrumentos legais que poderíamos traduzir por "salvaguardas do Estado". Eis o que diz o Artigo 48: "Quando na República alemã a ordem e segurança públicas estiverem consideravelmente alteradas ou ameaçadas, pode o Presidente da República tomar as medidas necessárias para seu restabelecimento, apelando à força armada, se o caso o requerer. Para este fim, pode suspender provisoriamente, no todo ou em parte, os direitos fundamentais consignados nos artigos 114, 115, 117, 118, 123, 124 e 153". Face a este dispositivo, são atingidas as garantias individuais preconizadas nos artigos citados e que dizem respeito à liberdade da pessoa, à inviolabilidade do domicílio, ao sigilo da correspondência, à manifestação do pensamento, ao direito de reunião e de associação, à garantia da propriedade.

Finalmente, há que se salientar o destaque dado às relações do trabalho. Fica estabelecida a liberdade de sindicalização, assistência à saúde, presença de empregados e empresários, no ajuste das condições de trabalho e salário. O Artigo 165 fala da participação de representantes dos trabalhadores nos Conselhos Operários de Empresa, de circunscrição e um Conselho Supremo do Trabalho.



Cena de Encouraçado Potemkin, que representa o passado de luta do povo russo (Eisenstein)

## 5 Evolução constitucional da URSS

### (Breves notas)

JOSÉ MONSERRAT FILHO

A Constituição da URSS de 1977 foi a 4ª criada pelo regime soviético, nascido de uma revolução, 60 anos antes, em 1917. A 1ª, de 1918, ganhou aprovação no V Congresso dos Soviets de toda a Rússia, trazendo como 1º capítulo a "Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Oprimido", com grande impacto no mundo, pois na época os trabalhadores eram extremamente desprotegidos e espoliados. Soviets eram os "Conselhos" em que os trabalhadores se organizavam para lutar pelos seus direitos, contra o poder absoluto do Tsar.

A Constituição de 1918 da Rússia Soviética serviu de modelo para a das outras repúblicas soviéticas que surgiram com o desmoronamento do Império Russo — Bielorrússia, Ucrânia, Azerbaijão, Armênia e Geórgia. Ela consolidava juridicamente os princípios fundamentais da primeira revolução socialista do mundo, que vinha criar um novo sistema econômico, social e político, com base na propriedade social dos meios de produção, planificação econômica global e governo como expressão dos interesses das classes trabalhadoras — operários e camponeses, sobretudo —, em detrimento dos interesses e privilégios dos antigos proprietários de fábricas e terras. Considera-se social a propriedade cujo titular é o Estado ou os próprios operários que nela trabalham.

Em 1922, as repúblicas soviéticas, pressionadas pela intervenção de 14 países que pretendiam destruir na raiz a experiência socialista, decidiram se unir e fundaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que hoje são 15. Em 1924, aprovou-se a 1ª Constituição da URSS. Ela já fixava o direito de sessão — qualquer república poderia se retirar da União, se assim decidisse. Como ainda existiam proprietários, comerciantes e outras pessoas contrárias à revolução, não se instituíram eleições diretas e secretas. Estas só foram estabelecidas em 1935, quando o governo considerou que já não existiam no país "classes exploradoras" e que as bases do socialismo estavam implantadas.

A 3ª Constituição soviética e 2ª da URSS, adotada em 1936, consagrou esta nova situação: no fundamental,

não havia mais propriedade privada sobre fazendas e indústrias. Tudo, ou quase tudo, pertencia ao Estado e às cooperativas de camponeses. Apesar disto, a Carta de 1936 ainda falava em "ditadura do proletariado", procurando salientar o papel preponderante da classe operária sobre as demais classes e camadas sociais.

Passados 60 anos de revolução de outubro de 1917, os soviéticos entenderam que já não havia "ditadura do proletariado", conceito que o próprio Programa do Partido Comunista da URSS de 1961 deixara de reconhecer. Operários, camponeses e intelectuais formavam agora o "Estado de todo o povo", em virtude da "unidade social, política e ideológica" forjada entre eles, tendo a classe operária como "força motriz". Esta foi uma das principais alterações consignadas na 4ª Constituição soviética e 3ª da URSS, a de 1977.

Se na elaboração da Carta de 1936 tomaram parte 50 milhões de vietnóis, 55% da população, do preparo da Carta de 1977 participaram 140 milhões de pessoas, mais de 80% da população. As 154 mil propostas e sugestões apresentadas em 1936 aumentaram para 400 mil, em 1977. São dados relatados por constitucionalistas soviéticos.

Ao contrário da anterior, A constituição de 1977 coloca os direitos e deveres dos cidadãos antes da organização do Estado. Com isto, se "pretendeu sublinhar que o homem se encontra no centro da atenção da sociedade, enquanto todo o sistema estatal se estrutura e funciona para assegurar o desenvolvimento integral do indivíduo e satisfazer seus crescentes interesses", segundo um jurista soviético.

Outro conceito novo é o da autogestão, que permite a concessão de ampla autonomia às empresas, grupos e outras entidades, para tomarem mais iniciativas e auferirem melhores resultados, dentro dos recusos que lhes estão afetos. A autogestão favorece as reformas econômicas introduzidas gradualmente, sobretudo agora sob a liderança de Gorbachev.

Nasceu a figura dos "coletivos de trabalhadores" — o pessoal que trabalha numa empresa ou repartição. Aos "coletivos" é facultado "participar na discussão e resolução dos assuntos do Es-

tado e da sociedade, na planificação da produção e do desenvolvimento social, na preparação e distribuição dos quadros, na discussão e resolução dos problemas da gestão das empresas e instituições, na melhoria das condições de vida, na utilização dos recursos destinados ao fomento da produção, a medidas sociais e culturais e ao estímulo material".

A Constituição de 1977, comenta outro jurista soviético, desenvolveu a tradição constitucional do país de "só proclamar o que pode realmente ser garantido". A Carta de 1936 instituiu o direito ao trabalho, porque o país podia dar trabalho a todos. Os soviéticos garantem que não há desemprego na URSS desde os anos 30. Agora, além da assistência médica e instrução em todos os níveis (ambas gratuitas), jornada semanal de até 41 horas, acesso à cultura, repouso, aposentadoria, é assegurado também o direito à habitação. Ou seja, o Estado é obrigado a dar residência às famílias. Este direito não figura em nenhuma outra constituição do mundo, nem nos atos internacionais sobre direitos humanos.

A Constituição de 1977 parte da íntima e necessária vinculação entre os direitos e os deveres dos cidadãos. A garantia de direitos e liberdades pressupõem o respeito de cada um pelos interesses da sociedade e dos outros cidadãos. O direito ao trabalho, por exemplo, é inseparável da obrigação de todos trabalharem e exercerem uma atividade socialmente útil.

Reafirma-se o papel do Partido Comunista da URSS como "a força dirigente e orientadora da sociedade soviética, o elemento central do seu sistema político e de todos os organismos de Estado e organizações sociais". Outros partidos apoiaram a revolução de 1917, mas acabaram passando para a contra-revolução e, depois, desapareceram. O sistema de partido único, na URSS, é produto da história do país, especialmente de seu processo revolucionário. Mas o PC não ocupa todos os postos, 56,7% dos deputados do Soviet Supremo (Parlamento da URSS) são da bancada dos chamados "sem partido" e só os restantes 43,3% são de membros do PCUS. Além do PCUS, podem apresentar candidatos aos Soviets, em todos os níveis, as organiza-

ções sociais e sindicais, os coletivos de trabalhadores, as assembléias de fábricas, as cooperativas e até instituições militares. E há uma norma que impõe: "Todas as organizações do PCUS atuem no quadro da Constituição da URSS". Ou seja, elas não estão fora ou acima das leis.

O voto na URSS continua não sendo obrigatório, embora, pelos informes oficiais, o comparecimento às urnas costume ser maciço — acima de 98%.

Outra peculiaridade: a Constituição de 1977 reserva um capítulo especial aos princípios da política externa do país. Lá estão lavrados, por exemplo, os compromissos de "prevenção das guerras de agressão", "obtenção do desarmamento geral e completo" e "permanente aplicação prática do princípio da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes". Está consignado, também, que "a propaganda de guerra é proibida na URSS".

Ao contrário de outras Constituições, a da URSS define claramente a razão de ser do Estado soviético. O seu preâmbulo afirma: "O objetivo supremo do Estado soviético é a construção da sociedade comunista sem classes, na qual se desenvolverá a autogestão comunista da sociedade. As tarefas essenciais do Estado socialista de todo o povo são: criar a base técnica e material do comunismo, aperfeiçoar as relações sociais socialistas e transformá-las em relações de tipo comunista, formar o homem da sociedade comunista, elevar o nível de vida material e cultural dos trabalhadores, garantir a segurança do país, contribuir para o fortalecimento da paz e para o desenvolvimento da cooperação internacional".

A Constituição de cada país é fruto de condições específicas, mesmo quando existem semelhanças econômicas e políticas com outros países. Por isto, cada Constituição deve sempre ser analisada em função de seu contexto histórico concreto. Toda tentativa simplista de copiá-la como se fosse modelo ou de repudiá-la, liminarmente, como "expressão do mal", conduzirá, com certeza, à deformação da realidade e dos recursos utilizados por diferentes povos em diferentes situações para traçar o seu próprio destino.